

O OFÍCIO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E SUA RELAÇÃO PEDAGÓGICA COM O PROFESSOR DAS TURMAS REGULARES NAS SALAS DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Laura Gonçalves Cunha Araújo¹

Cátia Aparecida Silveira Caixeta²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação de um indivíduo acontece em espaços sociais diversificados e, em desses espaços, cuja responsabilidade é formar cidadãos críticos e ativos na sociedade, é a escola. A escola regular deve ofertar a educação básica a todos os indivíduos, visto que isso é um direito garantido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que assegura a oferta da educação básica como um dever do Estado e da Família.

Ressalta-se que, até o século XIX, a escola especial era considerada a única opção para alunos com necessidades especiais acessarem a educação. Todavia, ao final do século XIX, a educação especial começa a expandir seus espaços de atendimento, em virtude do direito adquirido no artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), assegurando que as pessoas com necessidades especiais acessem a educação, preferencialmente na rede regular de ensino, emergindo, assim, a denominada educação inclusiva.

Nesse contexto, surge o ofício do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissional responsável por acompanhar, em todos os aspectos, o aluno com necessidades educacionais especiais, promovendo sua inclusão no espaço escolar e possibilitando sua ampla participação no processo educacional, considerando as necessidades específicas de cada aluno.

Segundo Vygotsky (1995, p. 50), “[...] o professor é uma ferramenta essencial para que haja o desenvolvimento dos potenciais que o aluno poderá desenvolver”. Posto isto, o professor do AEE é fundamental para que os alunos com necessidades educacionais especiais se desenvolvam integralmente dentro de suas potencialidades. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.145, incumbe ao poder público a oferta de profissionais de apoio escolar, regulamentando, assim, o ofício do professor do AEE (BRASIL, 2015).

Estando esse profissional presente na nova realidade da educação inclusiva, é necessário que ele atue em parceria com o professor do ensino regular, a fim de que o trabalho de ambos se dê de forma exitosa. E esse êxito está, também, relacionado à preparação e à formação desses profissionais, por isso, segundo Alves (2005), os professores devem ser estimulados a um crescimento profissional contínuo e, ainda, devem sempre lembrar que podem ser facilitadores do processo de inclusão, embora sejam sempre docentes.

¹ Discente do curso de Pedagogia (UNIPAM). E-mail: lauragca@unipam.edu.br.

² Docente do curso de Pedagogia (UNIPAM). E-mail: catiacaixeta@unipam.edu.br.

Dessa forma, com vistas a atuar como facilitador, o professor do AEE deve caminhar em simetria com o professor do ensino regular, estabelecendo sempre uma boa comunicação. Além disso, a formação continuada é uma estratégia fundamental para o bom desempenho do trabalho de ambos, pois possibilita melhor compreensão e conhecimento pedagógico, comum e especializado, levando em consideração que a prática advirá de forma singular a partir de cada atendimento realizado.

O desenvolvimento do presente estudo justifica-se, primordialmente, pela relevância e importância da temática, a qual encontra ancoragem nas discussões acerca da educação inclusiva. Esse tipo de educação, muito propagada nos últimos anos, ainda é, na prática, muito desafiadora, visto que exige uma quebra de paradigmas e uma formação continuada dos profissionais atuantes no ambiente escolar e até mesmo uma reconfiguração de olhar da sociedade como um todo para algumas questões nela imbricadas.

Além disso, este trabalho, ao abordar a importância do ofício do professor do AEE e como a relação entre ele e o professor da classe regular influencia no processo da educação inclusiva, mostra-se fundamental, pois acredita-se que muitas pessoas ainda não distinguem o papel do professor do AEE do papel do professor da classe regular, o que gera incompreensões acerca do trabalho de ambos na perspectiva inclusiva. Assim, este trabalho representa uma oportunidade de contribuir cientificamente com as discussões do tema, desmistificando algumas questões para leigos e até mesmo para estudantes e profissionais da área da educação.

Há que se ressaltar que o desejo de investigar mais detalhadamente a temática aqui proposta foi motivado por vivências pessoais da autora, que tem a oportunidade, em seu processo de formação, de atuar no AEE e experimentar algumas dificuldades ainda comuns nesse campo de atuação. Então, fazer este trabalho foi uma forma de ampliar as possibilidades de atuação e de formação para uma profissional que entende a necessidade de uma educação que busque a formação integral do sujeito, respeitando as suas individualidades e as suas potencialidades.

A pesquisa apresentada teve como objetivo geral investigar como se dá o exercício do professor do AEE entrelaçado ao exercício do professor do ensino regular. Além disso, os objetivos específicos foram: discorrer acerca do AEE, destacar as atribuições do professor do AEE previstas nas legislações e descrever a relação do professor do AEE e do professor do ensino regular em sala de aula do Ensino Fundamental I.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva tem sido foco de diversas discussões no cenário atual, visto que, a cada ano, o censo escolar (pesquisa anual realizada pelo INEP) aponta altos índices de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas de ensino regular. Considerando esse aspecto, é de suma importância que o processo da educação inclusiva englobe profissionais especializados nesse segmento que busquem uma formação continuada em serviço. Entre os profissionais que compõem esse processo, há o professor da classe regular – aquele que segue a educação comum, com faixas etárias e níveis estabelecidos – e o professor do AEE – aquele que auxilia o

professor da classe regular a oferecer as ferramentas ideais e específicas para cada aluno com alguma necessidade educacional especial.

A fim de investigar como se dá o exercício do professor do AEE entrelaçado ao exercício do professor do ensino regular, bem como identificar os principais desafios enfrentados por eles, a pesquisa realizada abordará temáticas como o surgimento do profissional do AEE, as atribuições desse profissional, a legislação que regulamenta o seu trabalho, a sua relação com o professor da classe regular e como essa relação influencia no processo de aprendizagem dos alunos.

2.1 AEE: DO SURGIMENTO ÀS ATRIBUIÇÕES

O AEE foi criado com a finalidade de dar suporte a alunos com alguma necessidade educacional especial, auxiliá-los em suas tarefas educacionais e facilitar o acesso ao currículo. Em 17 de setembro de 2008, foi publicado, pela Presidência da República, o Decreto n. 6.571, o qual dispõe, em seu artigo terceiro, que o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro a ações voltadas ao atendimento educacional especializado, entre as quais está a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008). Esse decreto sobrevém da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 9394/96, que regulamenta, no capítulo III, art. 4º, inciso III, o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, pelo Estado (BRASIL, 1996).

Para que o AEE seja garantido aos educandos, é necessário que haja profissionais especializados para a atuação nesse atendimento. Sendo assim, surge o papel do professor do AEE, também conhecido como professor e/ou profissional de apoio escolar. Esse profissional é responsável por auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais em suas atividades e deve ser oferecido pela escola, que incluirá o aluno, perante laudo médico que comprove as necessidades especiais do aluno.

Por conseguinte, em 17 de novembro de 2011, foi publicado, também, o Decreto n. 7.611, o qual expõe em seu artigo 2º que

a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011, *online*).

Inclui-se o ofício do professor do AEE nos serviços de apoio especializado citados, e suas atribuições estão dispostas no capítulo I, art.3º, parágrafo XIII, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, denominação dada à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nacional n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Essa lei considera que o profissional de apoio escolar é a

pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas

quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, *online*).

O Decreto n. 7.611, já citado, considera que o público-alvo da educação especial são “as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011, *online*), assegurando, assim, o direito ao suporte do professor do AEE. A Lei n. 14.254, de 30 de novembro de 2021, abrange o público-alvo da educação especial ao dispor, em seu artigo 1º, “O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem” (BRASIL, 2021).

2.2 A RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O PROFESSOR DO ENSINO REGULAR

Em uma sala de aula com a presença de alunos que possuem necessidades educacionais especiais, geralmente há, também, a presença de 2 profissionais em um mesmo ambiente.

Escolas de todo o mundo, impulsionadas, sobretudo pela Convenção de Salamanca, tiveram que dar conta de incluir crianças que precisavam de ajuda em classes já existentes, muitas vezes com grande número de alunos e professores, cuja formação não havia se preocupado com esses aspectos. Neste momento, a opção para muitos foi colocar um profissional especializado na sala de aula (MOUSINHO *et al.*, 2010, p. 2).

É fato que, para que haja um bom desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos, esses profissionais (professor da classe comum e professor de apoio) devem estabelecer uma relação de troca e colaboração um para com o outro e deles para com os alunos. O trabalho desempenhado por cada um desses profissionais é singular, todavia, complementar. O professor da classe comum, responsável por mediar a construção do conhecimento de todos os alunos, precisa do auxílio do professor de apoio para que ele caminhe junto ao seu aluno com necessidade educacional especial de forma a facilitar o acesso desse aluno ao currículo. Da mesma forma, o professor de apoio, responsável por acompanhar o aluno especial, incluindo-o em todas as atividades escolares, precisa da colaboração e do amparo do professor da classe regular para coordená-lo e ensiná-lo quais estratégias e quais caminhos deve seguir.

É perceptível, em escolas inclusivas, que é comum professores do AEE e professores da classe comum encontrarem dificuldades para trabalhar em harmonia. Observa-se que uma das dificuldades para que essa relação seja exitosa é a falta de diálogo entre eles. O professor da classe regular, sendo autoridade máxima na sala de aula, é o professor de todos os alunos matriculados em sua sala. Já o professor do AEE é um apoio, um auxílio para o professor regente. É notável que existem casos em que os

professores de apoio sentem-se no direito de se equipararem aos professores regentes, outra dificuldade presente na relação de ambos.

Para que as dificuldades presentes nessa relação sejam minimizadas, é necessário que cada profissional compreenda suas atribuições, não invadindo, assim, aquilo que é dever e/ou direito de seu colega de trabalho. Além disso, para que haja um bom desenvolvimento educacional de todos os alunos, a relação entre os professores presentes em sala de aula deve ser de parceria e de compartilhamento de conhecimentos um para com o outro, a fim de aperfeiçoar a prática docente. Nesse contexto, outro fator relevante a ser considerado no contexto do aperfeiçoamento da prática docente é a busca pela formação continuada, que facilitará o conhecimento e a habilidade nas práticas de ensino.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo, a metodologia utilizada, inicialmente, foi a pesquisa bibliográfica e webgráfica. Foram realizadas pesquisas em livros, artigos, revistas, sites, levantamento de materiais impressos, virtuais e análises de legislações.

Realizou-se, também, uma pesquisa de campo. Tal pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro e contou com a participação de 20 profissionais: 10 de apoio e 10 da classe regular, da rede municipal de ensino de um município no Triângulo Mineiro. Os profissionais foram escolhidos de forma aleatória e de modo que fossem funcionários de 3 escolas distintas do município. Os profissionais de apoio entrevistados eram estagiários que cursavam graduação ou pós-graduação. No município onde foi realizada a pesquisa, são contratados para profissionais de apoio somente aqueles que estão cursando graduação ou pós-graduação na área de Educação. O instrumento utilizado para a pesquisa foi um questionário semiestruturado, contendo questões abertas e questões de múltipla escolha, que foram respondidas individualmente. Todos os profissionais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que o questionário pudesse ser devidamente aplicado, a fim de coletar dados para análise de resultados.

A execução da pesquisa de campo foi realizada por meio da criação de questionários no Google Forms. Foram utilizados recursos financeiros próprios da autora para deslocamento até os locais de encontro para uma conversa prévia. A interpretação dos dados coletados foi feita de forma quali-quantitativa, por meio da análise de conteúdo das respostas dadas pelos entrevistados, a fim de identificar como tem sido a prática dos professores no contexto da educação inclusiva.

4 RESULTADOS

A pesquisa de campo realizada no presente estudo foi feita por meio de um questionário contendo perguntas abertas sobre o perfil profissional dos entrevistados e perguntas de múltipla escolha acerca da prática dos professores regentes e de apoio no contexto da educação inclusiva. Foram entrevistados 10 professores regentes e 10

professores de apoio, da rede municipal de ensino no Triângulo Mineiro. Os entrevistados deveriam ser de 3 escolas distintas do mesmo município.

A idade dos professores regentes das classes variou de 29 a 57 anos, enquanto a idade dos professores de apoio, de 20 a 40 anos. A formação acadêmica dos profissionais entrevistados é bastante diversificada. Foram identificadas as seguintes áreas de formação na entrevista com os professores regentes: Pedagogia, Normal Superior, Magistério, Ciências Biológicas, Química e Pós-graduações *lato sensu*. Já na entrevista realizada com os professores de apoio foram identificadas as áreas de Pedagogia e Psicologia.

A primeira pergunta realizada na entrevista foi “Você acredita na inclusão?”. 60% dos professores regentes responderam que, em alguns casos sim; 30% responderam que sim e 10% responderam que não acreditam. Na entrevista realizada com os professores de apoio, 70% das respostas foram sim e 30% foram em alguns casos sim. Segundo Alves (2005), a inclusão é uma missão, mas também é uma grande esperança, e no perfil do educador inclusivo deve conter essa esperança. O professor atuante na educação inclusiva deve acreditar na inclusão, sabendo que ele pode ser o fator responsável pela inclusão ou pela não inclusão dos alunos.

A segunda pergunta realizada no questionário foi “Existem desafios para promover a inclusão?”. As respostas foram 100% sim, tanto no questionário para professores regentes quanto no questionário para professores de apoio. Acredita-se que um dos fatores influenciadores do resultado obtido nessa questão seja a diversidade das dificuldades de aprendizagem encontradas, que, segundo as autoras da pesquisa, a prática advirá de forma singular a partir de cada atendimento realizado. Outro fator que pode ser é a necessidade de formação continuada por parte dos profissionais participantes da educação inclusiva. A educação inclusiva é um processo que está em construção e em constante transformação, por isso se faz necessária a constante busca por novos conhecimentos relacionados à inclusão.

A terceira pergunta do questionário foi “Você se sente preparado para atuar na educação inclusiva?”. Nessa questão, 60% dos professores regentes responderam não, 30% responderam sim e 10% responderam outros. A porcentagem de respostas dos professores de apoio foi 50% sim e 50% não. É fato que a educação inclusiva é um desafio constante e, para alcançar êxito nesse processo, é necessário que os professores estejam preparados para atuar na educação inclusiva. Para isso, devem buscar sempre conhecer mais sobre a educação inclusiva, procurar novos caminhos, metodologias e ideias, para que aumentem seu conhecimento de causa.

A quarta pergunta é “Você busca se aperfeiçoar para esse ofício?”. 70% dos professores regentes responderam sim, 20% responderam não e 10% responderam outros. 100% dos professores de apoio responderam sim. Acredita-se que a totalidade das respostas positivas dadas pelos professores de apoio esteja relacionada ao fato de todos terem sido contratados como estagiários, o que significa dizer que os professores de apoio atuantes estão se formando atualmente em sua primeira graduação e/ou estão cursando uma pós-graduação, que possuem em suas matrizes curriculares a educação inclusiva, assunto atual sobre o qual professores formados há mais tempo não tinham contato. As respostas positivas estão em consonância ao que pensa Alves (2005), que afirma que é necessária uma boa formação e que o educador deve procurar sempre

estudar e pesquisar para melhorá-la. A formação continuada é primordial para o êxito no processo da educação inclusiva.

A quinta pergunta feita aos entrevistados foi “Como você definiria a sua relação com o professor da classe comum ou com o professor de apoio?”. Todos os entrevistados (10 professores regentes e 10 professores de apoio) responderam que a relação entre eles é boa. Segundo Vygotsky (1995, p. 50), “[...] o professor é uma ferramenta essencial para que haja o desenvolvimento dos potenciais que o aluno poderá desenvolver”. Posto isto, tanto o professor regente quanto o professor de apoio desempenham papéis fundamentais para o desenvolvimento dos alunos. Como na educação inclusiva há a presença do professor regente e do professor de apoio, é necessário que eles atuem em simetria para que o trabalho de ambos se dê de forma exitosa.

Por fim, a última pergunta foi “Com que frequência você utiliza métodos diferentes para atuar com alunos com e sem necessidades educacionais especializadas?”. 70% dos professores regentes responderam frequentemente, 20% responderam sempre e 10% responderam raramente. Entre os professores de apoio, 70% responderam frequentemente, 20% responderam raramente e 10% responderam sempre. A intenção ao se fazer essa pergunta foi investigar a postura dos profissionais atuantes da educação inclusiva. O Decreto n. 7.611 dispõe que

a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011, *online*).

Pode-se afirmar que há necessidade de não só utilizar métodos diferentes, mas também modificar planejamentos, objetivos e materiais didáticos no processo de ensino-aprendizagem, a fim de eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de aprendizagem de todos os alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve o propósito de investigar o ofício do professor do AEE, como se dá a relação dele com o professor regular e como essa relação influencia o processo da educação inclusiva. Com base nas informações encontradas, compreendeu-se que as atribuições designadas ao professor do AEE são de extrema relevância e vão muito além do “cuidar” do educando. O ofício desse professor é ser facilitador na aprendizagem dos alunos. Além disso, a atuação dos dois professores em sala de aula deve ocorrer de forma harmoniosa, visto que isso tem grande influência no sucesso ou no fracasso da aprendizagem dos alunos.

O processo da educação inclusiva é desafiador e, para que ele seja bem-sucedido, é necessário que os profissionais nele atuantes estejam dispostos a buscar uma formação ininterrupta, com o objetivo de conhecer mais sobre a educação inclusiva e sobre as formas de atuação nessa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak. Ed, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. **Lei Federal n. 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14254.htm.

MOUSINHO, R. *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 82, p. 02-08. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010384862010000100010&script=sci_arttex.

YIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.